Linha Fala Criança

Uma Análise de Casos de Uniões Prematuras

Janeiro de 2021

Resumo

- As vítimas de casos de uniões prematuras notificados à Linha Fala Criança (LFC) são maioritariamente do sexo feminino (93%) e a sua idade média é de 15 anos.

- Os casos de uniões prematuras notificados à LFC aumentaram de 3 por mês em 2018 para 31 por mês em 2020. Este grande aumento pode ser o resultado de: utilização da união prematura como mecanismo negativo de sobrevivência face aos ciclones Idai e Kenneth; consequência da expansão da LFC ao Centro de Moçambique; e aumento do trabalho de advocacia.

- Os denunciantes das uniões prematuras têm quatro vezes mais probabilidades de serem da comunidade do que da família. A maioria dos denunciantes são jovens (25 anos ou menos), sendo que a maioria destes são masculinos, quando comparados com os do género feminino, numa proporção de 3 para 1.

- Se, por um lado, a idade média dos denunciantes é de 22 anos, a idade média de um perpetrador (aqueles que coagem uma união prematura a ter lugar) é, por outro lado, de 34 anos. Os perpetradores estão distribuídos de forma mais uniforme em termos de idade do que os denunciantes e são predominantemente do sexo masculino (uma proporção de 4 para 1). 2 dos 3 perpetradores identificados de uniões prematuras são membros da família.

- A falta de cobertura generalizada de serviços para encaminhar os casos reflecte-se nos dados: as famílias e estruturas locais são os principais canais para casos de uniões prematuras. A polícia, os serviços de saúde e sociais, os serviços jurídicos e as organizações da sociedade civil estão envolvidos apenas numa minoria de casos.

- Os encaminhamentos para estruturas formais (polícia, serviços de saúde e sociais) aumentaram substancialmente após a implementação da recentemente aprovada lei de combate às uniões prematuras.

- Metade dos casos notificados encontram-se em Manica, enquanto outras províncias centrais da Zambézia e Sofala representam outros 25% dos casos.

- Os dados relativos ao impacto da COVID-19 não indicam evidências claras na relação entre a pandemia e a notificação de casos de uniões prematuras.

- Para mensagens-chave, consulte a página 7 deste documento.

Âmbito, Metodologia e Limitações

Âmbito de aplicação: O âmbito deste resumo temático é examinar casos de uniões prematuras registados pela Linha Fala Criança, abrangendo o período de Fevereiro de 2018 a Novembro de 2020. Salvo especificação em contrário, os dados apresentados reflectem todos os casos de uniões prematuras registados durante este período. No total, foram identificados 648 casos únicos durante este período[1].

Metodologia e Limitações: Os dados foram reunidos numa base de dados a partir do sistema de LFC durante o mês de Dezembro de 2020. Foram eliminadas duplicações no registo e a base de dados foi traduzida do português para o inglês. Todas as análises filtraram os casos "teste". Estes dados reflectem apenas casos notificados à LFC, e não a prevalência de uniões prematuras.

Terminologia: união prematura" é o termo predominantemente utilizado neste documento, para indicar casos em que crianças com menos de 18 anos são casadas ou estão em uniões.

Com apoio de:

Linha Fala Criança

Uma Análise de Casos de Uniões Prematuras

Janeiro de 2021

"A maioria dos casos são de vítimas com idade inferior a 16 anos (63%)"

"A subida entre 2019 e 2020 deve-se principalmente a um aumento em Manica"

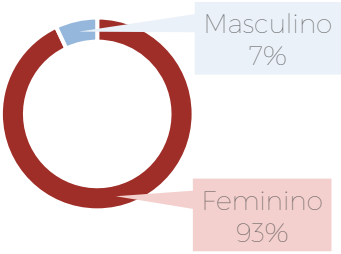
Quem são as vítimas?

As vítimas de uniões prematuras são principalmente do sexo feminino. 93% das vítimas registadas nos dados de casos da LFC são do sexo feminino, enquanto 7% são do sexo masculino. Isto reflecte os dados de prevalência que mostram que enquanto 48% das mulheres entram numa união antes dos 18 anos de idade, apenas 9% dos rapazes estão nas mesma situação[2].

As vítimas de uniões prematuras têm uma idade média de 15 anos. A maioria dos casos são vítimas com idade inferior a 16 anos (63%), sendo que uma minoria significativa (21%) tem idade inferior a 14 anos. As vítimas com 16 anos de idade ou mais constituem 37% do total. É importante salientar que o Parlamento de Moçambique proibiu em 2019 a união de pessoas com menos de 18 anos de idade.

Não há diferença significativa entre as idades das vítimas masculinas e femininas: a idade média para as vítimas femininas é de 15 anos; o equivalente para as do género masculino é de 16 anos. No entanto, os dados para as vítimas masculinas são limitados, tendo sido registados apenas 33 casos.

Vítimas masculinas e femininas



Como é que os casos mudaram ao longo do tempo?

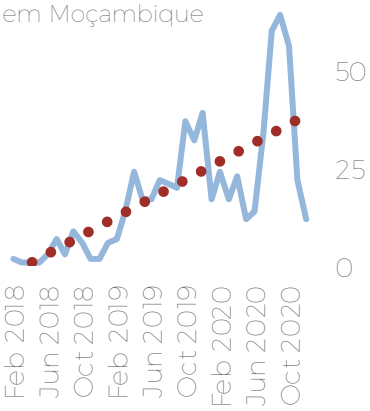
Os casos de uniões prematuras notificados à LFC aumentaram significativamente desde 2018. Enquanto em 2018 a média dos casos era de 3 por mês, a mesma aumentou para 21 casos por mês em 2019 e para 31 por mês em 2020..

O aumento dos casos pode reflectir um incremento de uniões prematuras como mecanismo negativo de sobrevivência aos ciclones Idai e Kenneth em Março e Abril de 2019, assim como um maior trabalho de advocacia no Centro de Moçambique. Os grandes aumentos de casos entre 2018 e 2019 verificaram-se em Sofala (1 caso em 2018 para 33 casos em 2019), Zambézia (4 a 73), e Manica (2 a 20). A subida entre 2019 e 2020 deve-se principalmente a um aumento em Manica, onde os casos passaram de 20 para 160 casos, o que corresponde a uma subida de 700%. Os dois ciclones afectaram o Centro de Moçambique e as uniões prematuras aumentaram. Foi documentada a ligação entre ciclones, separação de famílias, pobreza, e uniões prematuras como mecanismo de sobrevivência. Um relatório observou que mais de 124 raparigas foram forçadas a casar cedo após os ciclones em Mossurize4. A Zambézia foi afectada, em menor escala, pelos ciclones. Assim, o aumento na Zambézia aponta para um aumento no trabalho de advocacia, sendo um factor que contribuiu para o aumento dos casos.

A expansão da LFC para novas áreas de Moçambique devido aos ciclones pode também constituir um factor importante. A LFC expandiu a sua presença operacional em 2019 e 2020 para o centro de Moçambique, o que pode explicar parcialmente o aumento dos casos registados nas três províncias centrais, embora o efeito seja difícil de desvincular do acima referido. O aumento pode também reflectir a subnotificação historicamente verificada de casos de uniões prematuras nestas províncias.

Ambos os factores podem ter impulsionado o aumento, ilustrando como pode haver uma oferta insuficiente de serviços, e como os casos podem agravar-se noutras emergências, particularmente em Cabo Delgado.

Todos os casos de uniões prematuras notificados à LFC em Moçambique



Com apoio de:

Linha Fala Criança

Uma Análise de Casos de Uniões Prematuras

Janeiro de 2021

Quem contacta a LFC para denunciar uniões prematuras?

Apenas uma pequena minoria de denunciantes são as próprias vítimas. 11% das pessoas que denunciam as uniões prematuras são as vítimas. Isto reflecte a dificuldade que as mesmas têm de denunciar as uniões prematuras (por exemplo, acesso a telefones em casa), e a realidade de que é necessário fazer mais para permitir às vítimas denunciar este fenómeno..

O maior grupo de pessoas que denunciam as uniões prematuras à LFC são da comunidade, particularmente os vizinhos. Estes constituem 22% de todos aqueles que contactam a LFC, seguidos por outros denunciantes na comunidade (12%), amigos (4%), namorados (3%), professores (2%) e colegas (2%). Em conjunto, isto equivale a 45% dos denunciantes.

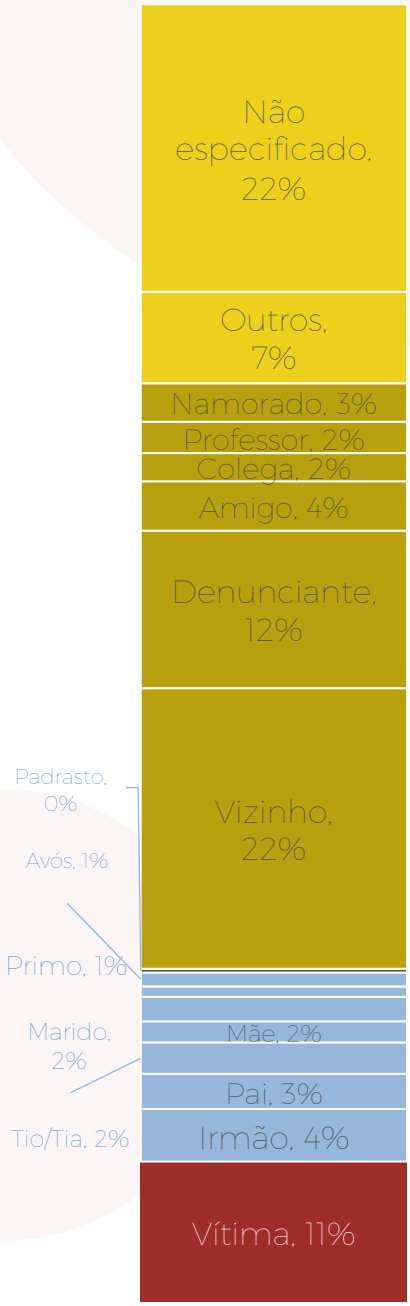
Apenas 2% dos denunciantes são professores. Estes são (e têm o potencial de ser) um dos principais caminhos para denunciar as uniões prematuras. Os actores da Protecção à Criança trabalharam para introduzir um novo mecanismo de Violência contra Crianças (VAC) nas escolas que deveria facilitar o aumento da denúncia de casos por parte dos professores. Este número será acompanhado de perto em 2021 para ver se o novos mecanismo aprovado esta' a contribuir para o aumento das denúncias.

Em termos comparativos, as famílias apresentam menor probabilidade de contactar a linha fala criança do que as comunidade. Se, por um lado, os denunciantes da comunidade representam 45% de todos, os da família representam apenas 11%. Isto reflecte o facto de que a maioria dos perpetradores estão dentro da família (vide secção "Quem são os Perpetradores?")

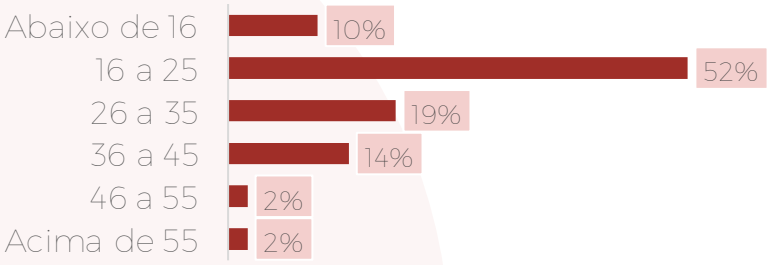
A maioria dos denunciantes tende a ter 25 anos ou menos. 62% dos denunciantes têm idade inferior a esta. Isto contrasta com o facto de apenas 4% terem mais de 46 anos de idade. Isto pode reflectir diferenças nas normas sociais relativas às uniões prematuras entre gerações (vide secção "Quem são os Perpetradores?" para mais informações sobre a diferença de gerações). Isto pode também reflectir uma maior capacidade de contactar a linha fala criança numa idade mais jovem, visto que estas gerações têm maior acesso à tecnologia.

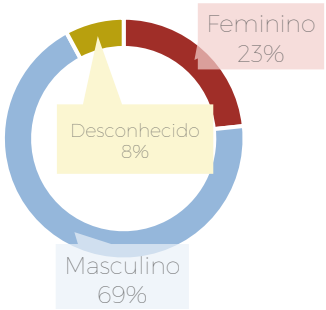
"Se, por um lado, os denunciantes da comunidade representam 45% de todos, os da família representam apenas 11%"

"A maioria dos denunciantes tende a ter 25 anos ou menos ...[e] a maioria é masculina"



A grande maioria dos denunciantes são do sexo masculino. O número de denunciantes masculinos é superior ao de denunciantes femininos, numa proporção de três para um. Muitos factores podem estar por detrás disto: reflecte a sociedade patriarcal em Moçambique, pode ser devido ao acesso desigual entre géneros aos telefones para contactar a linha de ajuda, e muitas raparigas só concluem o ensino primário e podem não ter os conhecimentos suficientes da língua portuguesa para se envolverem com a linha fala criança.





Com apoio de:

Linha Fala Criança

Uma Análise de Casos de Uniões Prematuras

Janeiro de 2021

Definição de Perpetrador de Uniões Prematuras nos Dados de Casos da LFC:

Qualquer pessoa que coage uma criança a casar

"A idade média dos perpetradores é de 34 anos, em comparação com a idade média de 22 anos dos denunciantes"

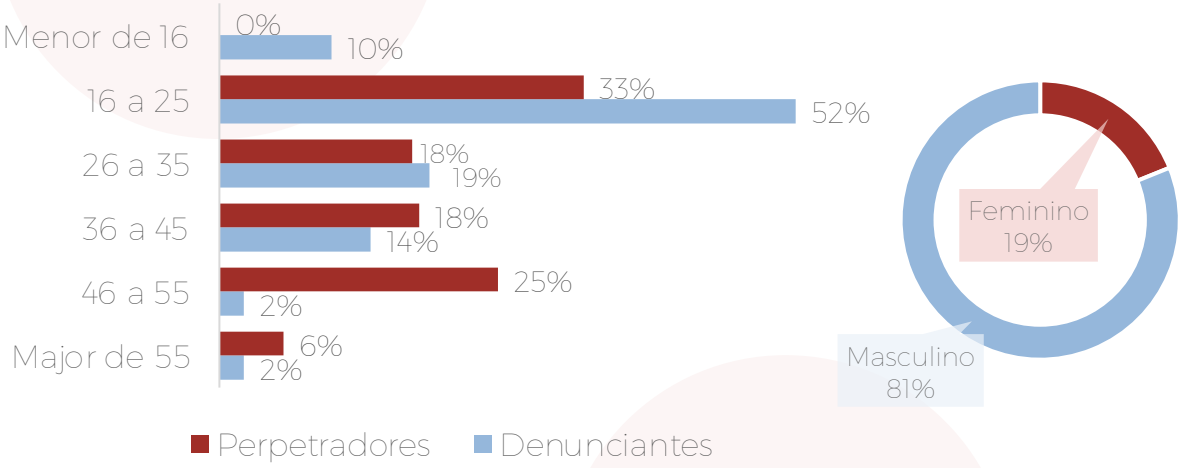
"2 em cada 3 perpetradores identificados de uniões prematuras são membros da família"

Quem são os perpetradores de uniões prematuras?

Os perpetradores das uniões prematuras estão distribuídos por todas as idades. A percentagem de perpetradores com menos de 25 anos de idade é de 33%, em comparação com 36% entre 26 e 45, e 31% com 46 ou mais anos de idade.

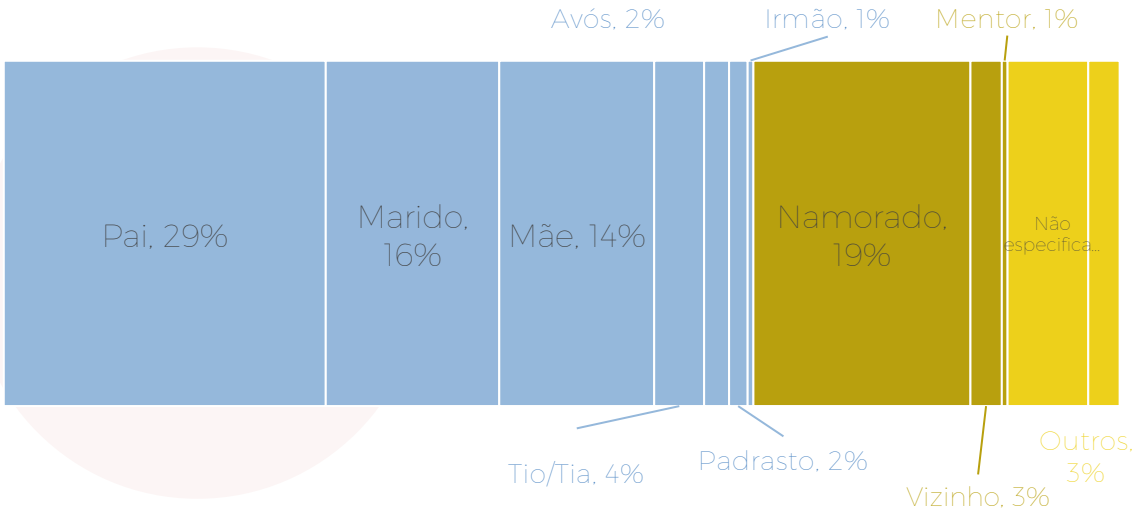
Comparando os perpetradores e denunciantes, existe uma diferença significativa entre as gerações. A idade média dos perpetradores é de 34 anos, em comparação com a idade média de 22 anos dos denunciantes. Isto poderia reflectir a mudança das normas sociais ao longo da distribuição etária, sendo mais provável que as gerações mais jovens tenham uma visão negativa em relação às uniões prematuras, em comparação com as gerações mais velhas.

Os perpetradores são na sua esmagadora maioria homens. 81% dos perpetradores são do sexo masculino, com uma minoria não insignificativa de perpetradores do sexo feminino (19%).



2 em cada 3 perpetradores identificados de uniões prematuras são membros da família. Os pais constituem 29% de todos os perpetradores identificados nos casos notificados à LFC, enquanto que as mães representam 14%. Outros perpetradores incluem o marido envolvido no caso (16%), tios e tias (4%), avós (2%), padrasto (2%) e irmão (1%). *É importante notar que mais de um perpetrador pode ser identificado por caso, e em alguns casos nenhum perpetrador é identificado. Portanto, leia o acima referido como "entre todos os perpetradores identificados", e não como "entre todos os casos".*

A única outra pessoa que não é da família identificada como perpetrador num número significativo de casos é o namorado. Os namorados estão em segundo lugar, apenas atrás do pai, em termos de casos em que foram identificados como o perpetrador.



Com apoio de:

Tradução da Legislação em Acção

Um olhar sobre a Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras em Moçambique

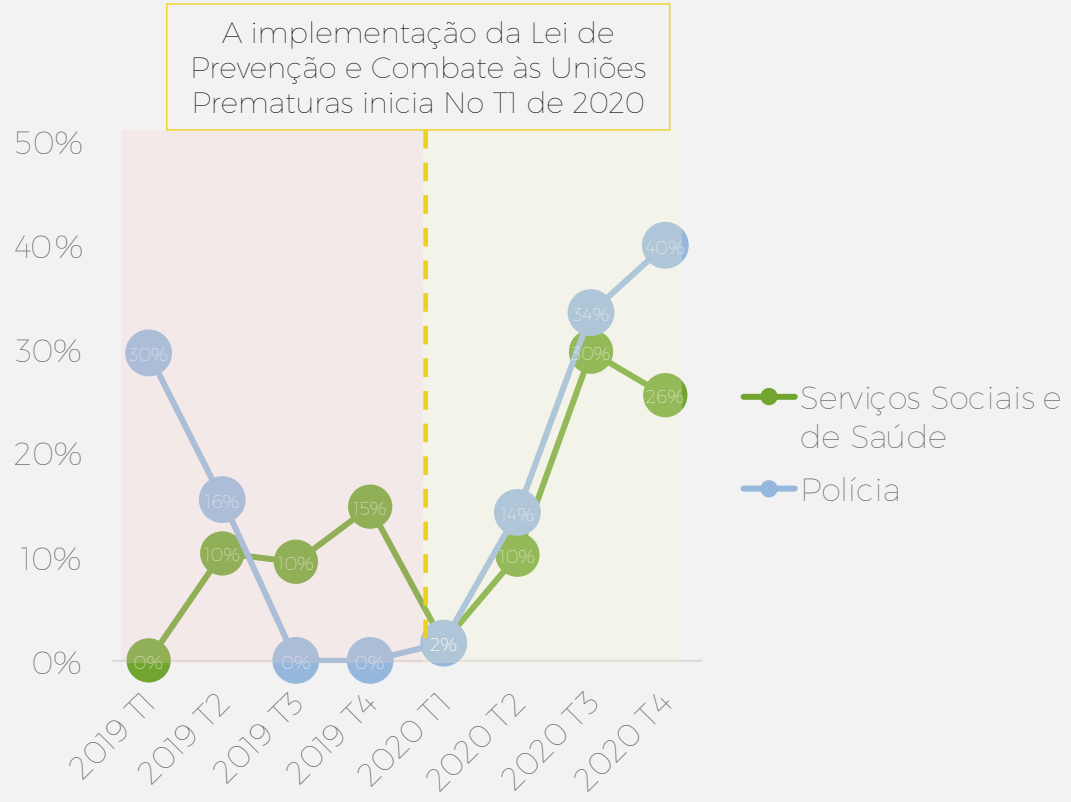
Um marco foi alcançado em 2019 quando Moçambique aprovou a Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras[5]. Os legisladores aprovaram a lei, intitulada Lei sobre a Prevenção e Combate às Uniões Prematuras, em Outubro de 2019, e a sua implementação teve início em Janeiro de 2020.

A nova legislação proibiu uniões de menores de 18 anos. Esta lei aplica-se sem excepção.

Como parte da implementação, a lei contém sanções por violação. Isto inclui: aqueles que coagem uma criança a casar, pessoas que autorizam tal casamento, funcionários públicos que celebram ou autorizam a celebração de uniões prematuras. A lei também adopta medidas para a cessão de uma união prematura[6].

"Os encaminhamentos à polícia após a implementação da lei aumentaram de 0% para 40% num ano"

Os encaminhamentos à polícia após a implementação da lei aumentaram de 0% para 40% num ano. O diagrama abaixo mostra uma clara tendência crescente em 2020 nos encaminhamentos à polícia. Em 2019 estes variaram, desde um máximo de 30% no 1º trimestre, até 0% no 3º e 4º trimestre. No entanto, após a implementação da nova lei, os encaminhamentos aumentaram trimestralmente, atingindo um máximo de 40% no 4º trimestre de 2020.



"Os encaminhamentos da LFC aos serviços sociais e de saúde também aumentaram ao longo de 2020"

Os encaminhamentos da LFC aos serviços sociais e de saúde também aumentaram ao longo de 2020. Embora apenas 2% dos casos tenham sido encaminhados para os serviços sociais e de saúde no primeiro trimestre, este valor aumentou para 26% no quarto trimestre.

Embora demasiado cedo para se chegar a uma conclusão definitiva, parece que a lei se traduziu em acção. São necessários mais dados nos próximos anos para ver se se trata de um aumento sustentado dos serviços formais que se ocupam activamente dos casos de uniões prematuras. No entanto, o quadro do "antes e depois" é bastante claro. Os encaminhamentos a serviços formais em 2020 aumentaram substancialmente a partir de uma base muito baixa no início do ano.

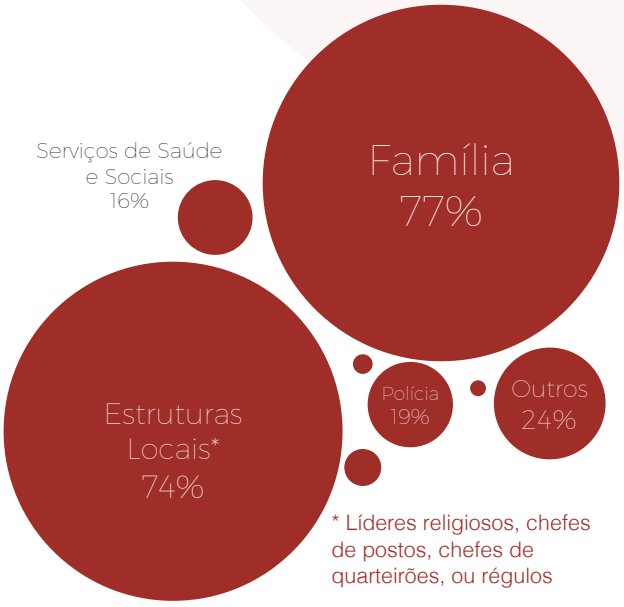
Com apoio de:

Como é que os casos são encaminhados e resolvidos?

As famílias e as estruturas locais são os principais canais para os casos de uniões prematuras. A LFC encaminha 77% dos casos às famílias e 74% às estruturas locais. Há uma série de factores que influenciam o encaminhamento à família: os casos podem ser resolvidos quando em contacto com os membros da família mais influentes; muitas vezes não há serviços especializados para a reintegração das vítimas; os serviços governamentais resolvem frequentemente os casos com a família; e pode haver falta de outros serviços noutras ocasiões.

"A polícia está envolvida em um dos cinco casos, e os serviços sociais e de saúde estão envolvidos em um em cada seis casos"

A polícia está envolvida em um cada cinco casos, e os serviços sociais e de saúde estão envolvidos em um em cada seis casos. Antes da nova lei, a capacidade de resposta da polícia era inibida pela falta de leis, regulamentos e directrizes claras. No entanto, faltam dados agregados sobre o que acontece a seguir ao encaminhamento, tanto em termos de resultado como de qualidade dos serviços prestados. Outras vias de encaminhamento incluem "Outros" (24%), que abrange paralegais e assistentes associados, organizações da sociedade civil (8%), direcção da educação (4%) e serviços jurídicos e representação (4%).



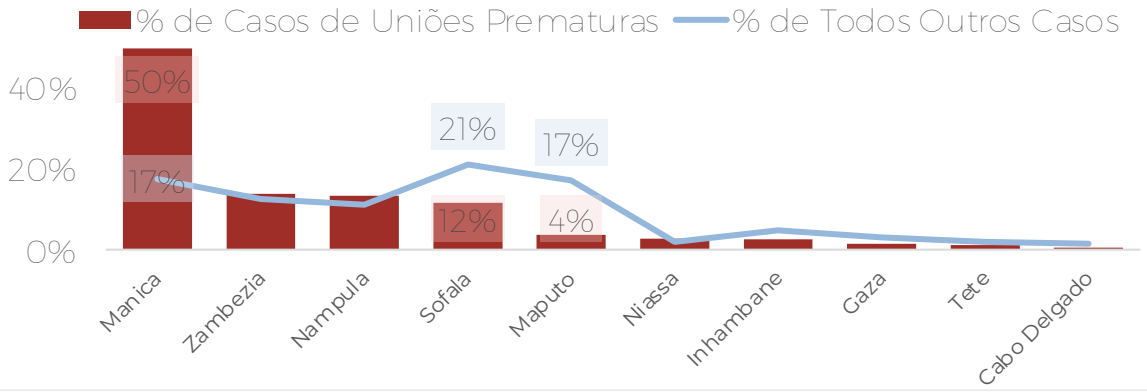
Onde há maior número de denúncias?

(Dados de 2020 apenas)

"Em comparação com todos os outros casos, são os de uniões prematuras são mais denunciados em Manica"

Em comparação com todos os outros casos, os de uniões prematuras são mais denunciados em Manica. É improvável que seja devido à expansão da LFC para esta província, pois se fosse esse o caso, espectaríamos um aumento similar em todos os outros casos. Conforme observado na secção "Como os casos mudaram ao longo do tempo", é provável que isso reflicta um aumento na utilização de uniões prematuras como um mecanismo negativo de sobrevivência na era pós-ciclone, assim como uma maior advocacia no centro de Moçambique em torno da questão de uniões prematuras.

Menos casos de uniões prematuras, em comparação com outros casos, são notificados em Sofala e Maputo. Há uma diferença de 9% de pontos em Sofala (12% dos casos de uniões prematuras em Sofala vs. 21% de todos os outros casos) e uma diferença de 13% de pontos em Maputo (4% de uniões prematuras; 17% de todos os outros casos). É necessário mais trabalho para entender as discrepâncias. Pode haver subnotificação em Sofala, por exemplo. As diferenças regionais na prevalência podem ser responsáveis por alguma diferença em Maputo: apenas 3% na Cidade de Maputo e 5% na Província de Maputo das mulheres casam aos 15 anos, em comparação com 18% em Manica e 17% em Sofala. Da mesma forma, 15% das mulheres na Cidade de Maputo e 26% na Província de Maputo casam aos 15-17 anos, em comparação com 59% em Manica e 49% em Sofala[7].



Com apoio de:

O Impacto da COVID-19 nos casos denunciados de Uniões Prematuras

O impacto indirecto da COVID-19, devido a confinamentos e medidas de saúde pública, tem consequências generalizadas em todos os sectores. As escolas de Moçambique foram encerradas a 23 de Março de 2020, com impacto não só na educação das crianças, mas também na sua protecção. O estado de emergência entrou em vigor a 1 de Abril de 2020, com uma recomendação de ficar em casa[8].

Não há um impacto claro na denúncia de uniões prematuras como resultado da COVID-19. Em comparação com o trimestre anterior e o trimestre equivalente no ano anterior, os casos notificados diminuíram 16% no período em que as medidas foram introduzidas.

Isto pode reflectir uma variação natural no número de casos, ou uma capacidade reduzida de notificação de casos de uniões prematuras. Uma redução de nove casos em números absolutos não é uma quantidade substancial e pode reflectir a variação natural do número de casos. Uma hipótese alternativa pode ser que os denunciantes tenham capacidade reduzida de contactar linhas verdes, uma vez que as vítimas podem estar mais em casa devido à política pública. No entanto, é impossível determinar a causa real da redução do número de casos. *Nota: Os T3 e T4 em 2020 não foram consideradas como categorias de referência comparativa devido a grandes aumentos nos números de casos em Manica (vide secção anterior).*

Período	Descrição do período	# de casos
2019 T2	Período equivalente no ano anterior	58
2020 T1	Trimestre anterior	58
2020 T2	Recomendação de não sair de casa; Escolas obrigadas a fechar a todos os níveis	49

Mensagens Chave e Recomendações

O perfil dos denunciantes e perpetradores tem implicações claras na planificação do programa. No desenho das suas intervenções, as organizações podem: indicar quem na comunidade tem maior probabilidade de denunciar casos de uniões prematuras; adaptar intervenções aos que têm menor probabilidade de denunciar casos de uniões prematuras e levar em consideração os que têm maior probabilidade de coagir os filhos a casar prematuramente.

Deve-se expandir recursos e serviços, uma vez que a falta de prestação de serviços afecta a qualidade dos canais de encaminhamento. Embora as soluções da comunidade não sejam um motivo de preocupação por si mesmas, o enorme desequilíbrio entre os canais informais e os encaminhamentos para estruturas e instituições formais é um motivo de preocupação e reflecte uma oferta insuficiente de serviços. O papel dos tribunais comunitários na prevenção de uniões prematuras, como um mecanismo informal de justiça, deve ser explorado, dada a falta de mecanismos formais em vigor.

"Deve-se monitorar de perto Cabo Delgado e qualquer probabilidade de aumento de uniões prematuras"

Deve-se monitorar de perto Cabo Delgado e qualquer probabilidade de aumento de uniões prematuras. Os dados apontam fortemente para um aumento de uniões prematuras devido aos efeitos que os ciclones tiveram no centro de Moçambique. Com outra emergência se desenrolando no norte de Moçambique, há uma necessidade clara de identificar e responder a qualquer aumento da utilização de uniões preamturas como um mecanismo negativo de sobrevivência ao conflito em Cabo Delgado.

As denúncias pelos professores são baixas, mas espera-se que aumentem em 2021. Espera-se um aumento nos casos denunciados por professores em 2021, após a aprovação em Outubro 2020 do novo mecanismo multissectorial de prevenção, notificação, encaminhamento e resposta à violência contra crianças na escola.

Contacte-nos através de:

linha@linhafala.org.mz

Elaboração do Resumo

Este resumo constitui uma colaboração entre a Linha Fala Criança, a Área de Responsabilidade Global de Protecção à Criança (CP AoR), o UNICEF, e a CP AoR de Moçambique. Os dados da Linha fala Criança podem ajudar as agências a identificar necessidades, considerando as implicações para a planificação de programas, mobilização de recursos, e advocacia. Para colaborar com a LFC na exploração das tendências dos dados da LFC, contacte-nos através do nosso endereço electrónico.

Sobre a Linha Fala Criança e Informação de Contacto

A Linha Fala Criança procura estabelecer um meio de comunicação para que as crianças e o público em geral possam expressar as suas preocupações, denunciar casos de abuso, negligência, tráfico e ter acesso a informação e aconselhamento com vista a prevenir ocorrências futuras e influenciar as políticas de protecção dos direitos da criança. A LFC foi criada em resposta às Observações Finais do Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas ao segundo relatório periódico de Moçambique para estabelecer uma linha telefónica gratuita e serviços de apoio para a maioria das crianças marginalizadas. 116 é a única linha verde gratuita para criança acessível em todo o país.

A LFC reforçou significativamente a sua capacidade e serviços nos últimos anos através da expansão de escritórios nas regiões Centro e Norte, assim como através de redes de pontos focais; desenvolvimento de um centro de chamadas moderno e formação de conselheiros para fornecer aconselhamento telefónico e apoio de encaminhamento. A LFC tem sido apoiado por muitos parceiros, incluindo o UNICEF, Save the Children, Plan International, World Vision-Moçambique e Rede Came, e é um membro activo no Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança (ROSC) e na Coligação para Eliminação das Uniões Prematuras (CECAP).

Referências

[1] Nem todos os casos têm uma vítima, denunciante e perpetrador claramente registados. Um caso é definido como um registo com um número único de caso. Alguns casos, no entanto, não têm todos os envolvidos registados. Por exemplo, alguém pode telefonar, mas a vítima pode não ser identificada, nem o perpetrador. Apenas 470 vítimas são identificáveis do total de casos.

[2] MISAU/Moçambique, Instituto Nacional de Estatística - INE/Moçambique and ICF International (2011). Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde 2011: Quadro 4.3. https://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR266/FR266.pdf

[3] Há 3 vítimas registadas com 18 anos de idade no conjunto de dados. Assume-se que estes 3 casos representam casos de uniões prematuras, sendo que as vítimas indicam eventos que ocorreram antes de completarem 18 anos.

[4] Save the Children and Girl Child Rights (2019) "Double Disasters": https://resourcecentre.savethechildren.net/node/16005/pdf/policy_brief-_mozambique_final.pdf

[5] Publicação Oficial Da República De Moçambique, 2019, Lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras: https://www.unicef.org/mozambique/media/1991/file/Lei%20de%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20Combate%20as%20Uni%C3%B6es%20Prematuras%20em%20Mo%C3%A7ambique.pdf

[6] Club of Mozambique, 2019, Premature marriage now punishable by up to 12 years in prison – Mozambique: https://clubofmozambique.com/news/premature-marriage-now-punishable-by-up-to-12-years-in-prison-mozambique-136935/

[7] UNICEF, UNFPA, Girls Not Brides, 2015, Child Marriage and Adolescent Pregnancy in Mozambique, https://resourcecentre.savethechildren.net/node/9401/pdf/en_moz_child_marriage_aw-low-res.pdf

[8] Reuters, 2021, COVID-19 Tracker: Mozambique, https://graphics.reuters.com/world-coronavirus-tracker-and-maps/countries-and-territories/mozambique/

Com apoio de: